# UMA VIAGEM PELAS BIBLIOTECAS MONÁSTICAS BENEDITINAS MEDIEVAIS PORTUGUESAS

Monica Leal Luche1, Maria Irene da Fonseca e Sá2

*1Universidade federal do Rio de Janeiro*

*monicalealluche@gmail.com*

*²Universidade Federal do Rio de Janeiro*

*mariairene@facc.ufrj.br*

***Resumo:*** O trabalho tem como tema central a Biblioteca Medieval e o objeto de estudo são as bibliotecas monásticas beneditinas medievais portuguesas durante a Alta Idade Média. Nos mosteiros, no ambiente eclesiástico, a biblioteca era uma guardiã dos tesouros, representados pelo conhecimento herdado da Antiguidade e a produção da própria Idade Média. O objetivo do trabalho é realizar um estudo sobre as bibliotecas monásticas beneditinas medievais portuguesas, a partir da análise de suas características. O campo empírico escolhido é o bibliográfico e documental, tendo um caráter predominantemente histórico. Foram pesquisados autores clássicos e significativos que estudam sobre o tema. Usou-se nessa pesquisa, como metodologia, técnicas de coleta e análise de dados. Para tal, foram utilizados livros e materiais, alguns em suportes eletrônicos, buscados em bibliotecas físicas e em bases de dados digitais. A técnica de coleta foi desenvolvida com a busca pelo tema, representado por palavras-chave a bases de dados no idioma português. Para a Biblioteconomia, o estudo traz a oportunidade de identificar as formas de tratamento que eram dadas à informação e à dinâmica das bibliotecas monásticas beneditinas medievais portuguesas durante a Alta Idade Média. As bibliotecas monásticas eram verdadeiros tesouros dos mosteiros, portanto estudá-las contribui no que diz respeito à sua gestão e tratamento dedicado ao zelo do conhecimento da época. Os estudos monásticos remetem à observação de práticas, como a Regra de São Bento, cuja associação à espiritualidade era inerente e revela um senso administrativo de conduta rigoroso, provando quão importante era a tarefa de gestão dos mosteiros.

***Palavras-chave*:**Bibliotecas Medievais, Práticas de Leitura, História da Leitura, Bibliotecas Monásticas Beneditinas.

***Abstract:*** The work has as its central theme the Medieval Library and the object of study are the Portuguese medieval benedictine monastic libraries during the High Middle Ages. In the monasteries, in the ecclesiastical environment, the library was a guardian of the treasures, represented by the knowledge inherited from Antiquity and the production of the Middle Ages itself. The objective of this work is to carry out a study on the Portuguese monastic Benedictine monastic libraries, based on the analysis of their characteristics. The empirical field chosen is the bibliographic and documentary, having a predominantly historical character. We searched for classic and significant authors who study the subject. As a methodology, data collection and analysis techniques were used in this research. For this, books and materials were used, some on electronic media, searched in physical libraries and in digital databases. The collection technique was developed with the search for the theme, represented by keywords to databases in the Portuguese language. For the Librarianship, the study provides the opportunity to identify the forms of treatment that were given to the information and dynamics of the Portuguese medieval Benedictine monastic libraries during the High Middle Ages. Monastic libraries were real treasures of the monasteries, so studying them contributes with regard to their management and dedicated treatment to the zeal of knowledge of the time. Monastic studies refer to practices such as the Rule of St. Benedict, whose association with spirituality was inherent and reveals an administrative sense of rigorous conduct, proving how important the task of monastery management was.

***Keywords:*** Medieval Libraries, Reading Practices, History of Reading, Benedictine Monastic Libraries.

# INTRODUÇÃO

Entrar em contato com a Idade Média não só propicia o entendimento de um período que nada teve de Idade das Trevas, mas permite o contato com a religiosidade e erudição de figuras como Santo Agostinho, Cassiodoro, São Bento, Santo Ambrósio, Santo Isidoro e outros tantos que tiveram suas vidas marcadas pela dedicação à rotina de orações, leituras, trabalho e reclusão. O trabalho dos copistas, dos leitores, dos monges tradutores, dos que trabalhavam nas iluminuras convergiam para o cultivo do conhecimento assim como os menos providos de tais talentos cuidavam das plantações e das tarefas mais humildes. Nos mosteiros, no ambiente eclesiástico, a biblioteca era uma guardiã dos tesouros, representados pelo conhecimento herdado da Antiguidade e a produção da própria Idade Média.

A queda do domínio do Império Romano e a expansão do Cristianismo iniciam um período de reaproximação da já existente Igreja Católica Apostólica Romana aos recentemente convertidos povos habitantes das terras peninsulares. A esse movimento está ligada a criação do Estado português, cujo território mantinha inúmeros mosteiros nos quais a Regra de São Bento foi introduzida com o propósito de instituir uma base para a sua administração por intermédio de regras para vida espiritual e cotidiana nas comunidades monásticas. As bibliotecas sempre foram representativas do conhecimento e da memória de uma cultura, fato esse que fica evidenciado no alvo que elas representam aos invasores que ao avançarem seus domínios quase sempre as destroem e saqueiam, levando seu conteúdo.

Neste contexto, o tema da pesquisa é a Biblioteca Medieval e o seu objeto de estudo são as bibliotecas dos mosteiros beneditinos medievais portugueses, principalmente da Alta Idade Média, por entender-se quão significante foi o seu papel na salvaguarda do saber do mundo ocidental. Como problema de pesquisa buscou-se responder à questão: “Quais os aspectos e características das bibliotecas monásticas beneditinas medievais em Portugal durante a Alta Idade Média? ”

Para entender a realidade contemporânea das bibliotecas de uma forma geral tem-se que investigá-las historicamente, inclusive olhando para o Medievo. Para a Biblioteconomia como ciência, tal estudo trará a oportunidade de identificar as formas de tratamento que eram dadas à informação e à dinâmica nas bibliotecas monásticas beneditinas medievais portuguesas durante a Alta Idade Média. As bibliotecas monásticas eram verdadeiros tesouros dos mosteiros, portanto estudá-las contribui no que diz respeito à sua gestão e tratamento dedicado ao zelo do conhecimento de uma época.

Na pré-história, cuja delimitação é dada por tratar-se de um período anterior à escrita, os homens representavam e simbolizavam suas experiências através da arte rupestre, cujos desenhos eram marcados nas rochas de cavernas ou em locais ao ar livre. Certamente, por mais primitivos que fossem, lugares especiais a eles eram escolhidos para sua produção e localização. Mais tarde, as bibliotecas como repositórios surgiram, antes dos livros, para atender à necessidade de reunião do conhecimento e da história de um povo. O livro ao longo do tempo assumiu várias formas materiais correlacionadas à tecnologia de sua época. Assim como a história do livro, também as bibliotecas, sob administração de seus bibliotecários, têm que estar atentas às necessidades de readaptação funcional, tecnológica e ideológica, escrevendo também sua própria história. Assim, os estudos monásticos remetem à observação de práticas como a Regra de São Bento cuja associação à espiritualidade era inerente e revela um senso administrativo de conduta rigoroso, provando quão importante era a tarefa de gestão dos mosteiros.

# METODOLOGIA

A pesquisa é qualitativa e está baseada nos campos bibliográfico e documental, tendo um caráter predominantemente histórico. Foram utilizados livros e materiais, alguns em suportes eletrônicos, buscados em bibliotecas e em bases de dados digitais. A técnica de coleta foi desenvolvida com a busca pelo tema representado pelas seguintes palavras-chave, no idioma português: “Bibliotecas Medievais”; “Portugal Medieval”; “Práticas de leitura”; “Ordem Beneditina”; “Medievo”; “História da Leitura”; “ Idade Média”; “Bibliotecas Monásticas Beneditinas”, “Manuscritos Medievais”, “Codicologia”, “Codicologia portuguesa”, “Codicologia Medieval”, “Leitura Medieval”. Essa busca teve como uma de suas principais bases a Base Minerva, cuja consulta ao acervo da rede de bibliotecas da Universidade Federal do Rio de Janeiro se mostou bastante fértil quanto ao tema, bem como consulta às bases de dados de conteúdos virtuais como a Google Acadêmico, Google e a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI).

De forma à atender ao objetivo da pesquisa, é realizada análise, nos textos recuperados, de modo a refletir sobre as características das bibliotecas monásticas beneditinas medievais portuguesas.

# RESULTADOS

Os mosteiros na sua forma física representavam o domínio cristão e em sua biblioteca se guardava o poder divino, expresso por conhecimento que estava na mão dos monges.

Foi no Século VI que Bento da Núrsia, considerado o patriarca dos monges ocidentais pelos católicos, cria a Ordem Beneditina. Esse abade italiano cuja vida foi contada pelo papa Gregório Magno estabelece sua primeira comunidade em Monte Cassino. Sua conduta primando pelo valor da reputação confere a São Bento o reconhecimento de modelo para outros administradores. (Souza, 2014).

A partir do ano 911, segundo Souza (2014), surge uma nova ordem de beneditinos reformados, tendo como referência a abadia de Cluny, erguida pela generosidade de Guilherme, então Duque de Aquitânia. Estes beneditinos reformados viriam a intitularem-se cluniacenses, cujo objetivo era retomar os preceitos determinados por São Bento em sua *Regra*. Porém no século XII, em oposição à forma de vida abastada dos cluniacenses, outra ordem, a Ordem de Císter, surge criada por Roberto, abade de Molesmes. A proposta era de que a *Regra de São Bento* fosse seguida com rigor, que os monges voltassem a se dedicar aos trabalhos manuais. O despojamento das igrejas cistercienses também era uma das propostas.

A Igreja Católica contou com um importante embaixador que foi São Martinho, chegado à Galécia em 550 d. C. com o intuito de evangelização e fundando a igreja e mais tarde mosteiro de Dume do qual tornou-se abade. Elevado a bispo, ganha a Diocese de Dume. “Foi um dos homens mais eruditos do seu tempo. Viajou jovem para lugares santos e, nomeadamente na Palestina, conheceu a vida dos eremitas do deserto e de outros religiosos.” (Canónigos, 2011). Seu mais notável ato foi a convocação do II Concílio de Braga, em 572 d. C., no qual suas ações pastorais seguiram até a data de sua morte em 579 d. C. (Mattoso, 1985). Naquela época São Martinho de Dume “[...] teria trazido para esta longínqua província mal romanizada, a solidez da cultura romana, o respeito pela autoridade papal, o conhecimento do grego, a administração pelos Padres do Deserto, a conciliação do mundo monástico com a responsabilidade pastoral. ” (Mattoso, 1985, p. 85). Preocupou-se em traduzir, ele mesmo, do grego para o latim as sentenças dos Padres do Deserto, guiado por um cunho moralizante combatendo o paganismo e os erros.

Um fato algo controverso é o da origem de Portugal. José Mattoso (1985), importante nome na historiografia lusitana, afirma que “[...] o território que hoje constitui Portugal tende[u] a organizar-se em torno de dois polos distintos, Braga-Porto de um lado e Coimbra-Viseu de outro. ”, no princípio do Século XI (Mattoso, 1985, p. 58). Na opinião do historiador Franco Junior (2001), o ano mais preciso seria 1139 d.C., mesmo ano do II Concílio de Latrão.

Mattoso diz que em Portugal,

Partindo do século X, podemos afirmar que uma grande parte dos mosteiros inaugurados nos séculos X e XI partiram da iniciativa, ora das comunidades locais, ora de famílias de condes - os dois extremos da escala social. Por volta de meados do século XI, aparece, porém, um novo tipo de mosteiros, que alcançam uma projeção mais regional [...] (Mattoso, 1985, p. 199).

Portanto, nos séculos XI e XII, uma nova classe de nobres e os representantes dessa vida monástica passam a significar duas importantes formas de poder na Idade Média passando a substituir a autoridade dos condes. Esses passam a fundar novos mosteiros e, mediante a crise nos anos 30 do século XI, apoderam-se dos outros já existentes que não sobreviveram à política da época. Assim, nesse cenário, “Com efeito parecem ser os mosteiros dos principais nobres portucalenses os que primeiro adoptam usos cluniacenses juntamente com a Regra de S. Bento [...]”(Mattoso, 1985, p. 204), sem que no entanto se integrem à sua Congregação. Essa Congregação tem seu nascimento no mosteiro de Cluny, fundado no início do século X, em Borgonha, e “[...] o documento que criava a abadia já expressava a intenção de mantê-la livre de interferências, para que seus monges ‘nunca se submetam ao jugo de qualquer poder terreno’. ” (Franco Junior, 2001, p. 98), daí escapando juridicamente do poder episcopal. Adotam a regra beneditina, porém interpretando-a de modo a valorizar os trabalhos litúrgicos preterindo os trabalhos manuais. “Em vários lugares surgiram mosteiros adotando o esquema de Cluny, que se tornou assim uma poderosa ordem monástica com quase 1.200 casas em fins do século XI. ” (Franco Junior, 2001, p.99).

Mattoso relata que

Os mais importantes mosteiros beneditinos fundados em Portugal durante a Idade Média foram os de Paço de Sousa (antes de 994), Santo Tirso (século X), Vairão (século X), Pendorada (antes de 1054), Tibães (antes de 1071), Pombeiro (antes de 1102), Travanca (antes do século XII) e Cucujães (século XII). (Mattoso, 1982, p. 181 apud Souza, 2014, p. 41).

É bastante significativa a importância do papel dos mosteiros nessa sociedade e, segundo Cardini (1989, p. 29):

[...] A memória desses tempos chega-nos, sobretudo, através das vozes de monges — ou de sacerdotes profundamente influenciados pelos monges — e as ações e as obras dos outros protagonistas da história são dadas, predominantemente, segundo o ponto de vista e os critérios de avaliação formados pela cultura monástica.

Em meio a esse cenário de relações sociais e políticas é que se estabelecem os importantes mosteiros medievais portugueses cujo crédito pela salvaguarda da herança da História e Cultura de uma sociedade cercada de dogmas e misticismo estende-se pelo período de mil anos.

Assim, a história do livro no Ocidente está intimamente ligada à fundação das grandes ordens monásticas no século VI. Diante dos recursos humanos e tecnológicos que haviam na época era nos mosteiros que se encontravam as condições mais favoráveis à produção e apreciação do livro na Idade Média. A Bíblia tinha lugar de destaque, além da conduta à qual serviam os monges: “ A cópia dos manuscritos antigos, a difusão dos textos sagrados ou das obras dos Padres da Igreja [que] estavam antes de mais nada nessas preocupações intelectuais. ” (Martins, 1996, p. 84).

Várias Ordens religiosas se dedicaram a confecção do livro, mas de todas elas a “[...] que mais se identificou com o livro, na Idade Média, foi a dos Beneditinos, a tal ponto que seu nome se transformou num adjetivo para qualificar o trabalho intelectual de grande valor, minucioso, paciente e correto. ” (Martins, 1996, p. 85). Tratava-se de um trabalho em equipe, pois a cada monge cabia uma tarefa na cadeia de construção do objeto livro. A tradução principalmente do grego para o latim abrangia tanto a literatura clássica eclesiástica como as obras pagãs, o que promovia o estudo dessa língua.

Portanto, como reflexão sobre as características das bibliotecas monásticas beneditinas medievais portuguesas, temos:

FORMAÇÃO

No Século VI, Bento da Núrsia, considerado o patriarca dos monges ocidentais pelos católicos, cria a Ordem Beneditina. Ele escreve a *Regra* constituída por um sistema normativo que possui 73 capítulos e um prólogo, nos quais se estabelece um ‘manual de comportamento’ (Souza, 2014).

Em território português, a congregação beneditina começa a se estabelecer desde o século XI, segundo Mattoso (1985), e tem um desdobramento no século XVI ( Souza, 2014). Durante essa trajetória teve papel homogeneizador dos comportamentos da vida monástica reunindo “[...] vários mosteiros dispersos ao redor de uma única abadia com o estabelecimento de estatutos comuns [...]” (Souza, 2014, p. 40).

O Mosteiro de Tibães, fundado no final do século XI, segundo Souza (2014), passa mais tarde a ser o centro da então Congregação Portuguesa Beneditina. O Mosteiro de São Martinho de Tibães foi fundado em finais do século XI, segundo Fontes (2010), justamente quando surge o Condado Portucalense. Alguns cronistas da Ordem Beneditina afirmam que o mosteiro teve as suas primeiras fundações firmadas ainda durante o reinado do suevo Teodemiro, e fora fundado por São Martinho de Dume (Dionísio, 1964 apud Terroso, 2015). Em 1834 as Ordens Religiosos em Portugal são extintas, o mosteiro de Tibães é encerrado e seus bens são vendidos por ato da justiça pública ou ainda integrados nas coleções de museus, arquivos e bibliotecas nacionais. A biblioteca do mosteiro chega ao século XVIII “[...]constituída por cerca de 12 mil volumes impressos e 325 manuscritos” (Mata, Ramos, 2004, p. 28) e como Casa Mãe da Congregação Beneditina.

Até esse ano, segundo Giurgevich e Leitão (2016, p. xv), “[...] a cultura do livro em Portugal dependeu essencialmente das instituições da Igreja Católica no país. ” Portugal, ainda segundo os mesmos autores, presenciou o surgimento, a partir do século XVIII, de outras instituições não eclesiásticas que em algum momento se pode comparar, em dimensões e volume de coleções, às grandes bibliotecas das Instituições da Igreja, porém, nada que pudesse equivaler à rede formada pela estrutura orgânica que contemplava o fluxo de livros, o número de leitores e as verbas envolvidas das congregações.

TIPOLOGIA DO ACERVO

Grande parte da sociedade medieval não sabia ler. Sob o ponto de vista intelectual, a humanidade se dividia entre os homens “[...] iniciados à palavra escrita e os não-iniciados” (Martins, 1996, p.72). A classe sacerdotal, o clero, opunha-se aos leigos que eram desprovidos de conhecimento e, por conseguinte pertenciam aos não-iniciados. O *códex* passa a ser uma característica da Idade Média, em contrapartida ao *volumen* da Antiguidade; além do caráter utilitário da maior parte dos livros vindos deste período, provenientes da literatura grega ou romana, considerada profana. O *códex* como formato característico do Medievo, começa a aparecer por volta do século IV. Segundo Le Goff (2007), foi entre os séculos IV e VII que esse formato se expandiu, uma vez que ele oferecia mais comodidade às consultas, por possuir dimensões mais modestas facilitando seu transporte.

A história do livro no Ocidente está intimamente ligada à fundação das grandes ordens monásticas no século VI. Era nos mosteiros que se encontravam as condições mais favoráveis à produção e apreciação do livro na Idade Média. Neles havia um *scriptorium* que era a oficina de trabalho para os copistas e que era dirigida por um contramestre (Martins, 1996).

Para Le Goff (2007), foi no século XII que o movimento monástico ‘da civilização do livro’ dá espaço à tendência escolástica de seu uso, isso consolidado pelas técnicas e novos materiais utilizados em sua confecção durante o século seguinte e conferindo ao livro uma nova utilização. A evolução com a criação de sinais de pontuação, a inclusão nos manuscritos de títulos e rubricas, a inserção de capítulos e índices de assunto classificados em ordem alfabética caracterizam essa nova fase. Essas transformações colaboram para o aparecimento de um novo tipo de leitor colocando a Idade Média em um processo de “[...] laicização da cristandade através da evolução do livro” (Le Goff, 2007, p. 183).

ORGANIZAÇÃO

O paradigma de conservação e guarda do livro, que em nossos dias vamos identificar nas bibliotecas nacionais que são instituições repositórias de patrimônio bibliográfico de seu país, também se estende às Bibliotecas Medievais.

A arquitetura dos mosteiros dificultava o acesso físico à biblioteca. Em Portugal, nas comunidades religiosas, a biblioteca tinha um espaço próprio e seu acesso era mais ou menos restrito, segundo Giurgevich e Leitão (2016). A construção da biblioteca de uso comunitário era fundamental para formação dos religiosos. Aos religiosos era vetada a posse dos livros, contudo o seu uso era propagado entre os membros da comunidade.

A organização da biblioteca era prestada pelo trabalho escriturário de um monge, seguindo os preceitos estabelecidos pelas regras adotadas pelo mosteiro e essa dedicação era vista como um “dever piedoso”, tão importante quanto qualquer voto: “pobreza, castidade, obediência”, como nos fala Martins (1996, p.82).

A obra de Giurgevich e Leitão (2016), em levantamento sobre o teor do acervo das bibliotecas monásticas em Portugal até 1843, quando da expulsão das ordens religiosas em Portugal, trouxe à luz do conhecimento um histórico cronológico sobre o conteúdo das obras do Mosteiro de São Martinho de Tibães, além de um grandioso levantamento documental das outras casas religiosas de Portugal. Tomou-se esse mosteiro como exemplo para identificar o modelo de organização do conhecimento e seu critério de classificação nos catálogos. Pode-se observar que no arrolamento da documentação feito de 1743 a 1834, o conteúdo das obras foi organizado ora por ordem alfabética de autor ou pelo título da obra, ora por assunto. O assunto também obedecia determinadas classes, como está exemplificado no Index da Bibliotheca do Mosteiro de São Martinho de Tibães.

Segundo Ferraz (1991, p. 93), “A Idade Média apresentou pouco desenvolvimento na área da catalogação, a não ser tentativas de listas inventários desorganizados ”.

LETURA E LEITORES

Ao longo do tempo, o ato de ler sofreu influência da época na qual estava inserido e havia algumas particularidades quanto à leitura praticada nos mosteiros da Idade Média. Durante a Idade Média, era comum que os textos fossem produzidos para serem lidos em voz alta pelo fato de que poucos sabiam ler. As leituras públicas (Manguel,1997) eram muito comuns nessa época. Outra característica dos textos medievais é que não havia separação das letras em unidades fonéticas.

No século IX, acredita-se que a leitura silenciosa tenha se tornado comum à rotina do *scriptorium* e o apelo ao estético e à simplificação da leitura tenha motivado a separação das palavras quando escritas.

Os propósitos dos leitores dos mosteiros beneditinos medievais variavam entre:

a) *leitura oficial*, correspondente à *lectio divina*, constituída dos textos que se dirigem especificamente à celebração do ofício divino e à formação espiritual, como os textos bíblicos, os comentários patrísticos, as obras dos mestres de espiritualidade;

b) *leitura escolar ou instrumental*, cujo objeto era o estudo e ocupa um lugar alternativo ao trabalho, a tal ponto que nas *Excerptiones Patrum* (obra durante algum tempo atribuída a Beda), aparece considerada como alternativa ao trabalho corporal e mais difícil do que ele;

c) *leitura recreativa*, deixada à iniciativa individual, facultativa e própria para os tempos de ócio, sobre a qual, na consignação da *Regula Isidori* (cap. 5), tem prevalecimento a necessidade do trabalho;

d) *leitura transgressiva*, que, sendo ou não furtiva, é minimamente caucionada, pois só a condescendência relativamente a ela permite explicar a existência de textos que reputaríamos, de alguma maneira, marginais, por não corresponderem à finalidade específica da instituição monástica ou por estarem mesmo em oposição aos seus objetivos, e que, por não serem clandestinos, são considerados como ‘reservados’ quanto ao uso (Nascimento, 1995, p. 216 apud Araujo, 2013, p. 12).

Durante a Idade Média, os monges tinham um enorme interesse pela leitura e pela escrita e, por conseguinte, a informação. Desde o noviço ao monge, esta era transmitida por meio de suas coleções, inventários e catálogos, segundo Araujo (2013).

# CONCLUSÕES

O trabalho teve por objetivo trazer uma reflexão sobre as bibliotecas monásticas beneditinas medievais em Portugal durante a Alta Idade Média, período do maior surgimento dos espaços monásticos. Percebe-se que, graças às diversas ordens religiosas que surgiram durante a Idade Média, dentre elas a Ordem dos Beneditinos, a unidade e a coesão da estrutura monasterial deste período chega ao Século XXI, garantindo assim também a manutenção tanto quanto a narrativa da trajetória das bibliotecas dessa época como dos livros que serviram como fonte de conhecimento.

À Igreja Católica deve-se a transmissão dos ensinamentos de Cristo, mas deve-se também a constituição e a conservação da memória de Instituições Monásticas que formaram uma rede que cobriu todo o Ocidente. Se, hoje, pode-se acessar esse conhecimento desenvolvido durante esse período e ao livro medieval, assim como às rotinas dos mosteiros e de suas bibliotecas, foi graças ao paradigma da conservação adotado por estas instituições. Manter vivo esse conhecimento para as próximas gerações é responsabilidade dos profissionais que fizeram da informação sua matéria prima, como os bibliotecários. Cita-se o escritor portugues José Saramago, evidenciando um dever para o qual a Biblioteconomia é chamada a cumprir: “Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir.”

No nascedouro do Estado Português, o braço da Igreja se manifesta nos mosteiros, nos quais a biblioteca sempre foi a guardiã dos códices sagrados ou pagãos que traziam muitos deles o conhecimento adquirido na Antiguidade.

Reportando-se à Portugal, segundo Giurgevich e Leitão (2016, p. xv), os estudos de bibliotecas e do livro antigo tem ganho destaque maior nesse país.

Durante séculos, mosteiros, conventos e abadias e casas religiosas de todo tipo forma os nodos essenciais da rede de leitura e de colecção de livros no nosso país. Compreender a história do livro, da leitura e das bibliotecas em Portugal implica, antes de mais nada, reconstituir essa realidade.

Em seus estudos, os autores do livro “Clavis Bibliothecarum: catálogos e inventários de livrarias de Instituições Religiosas em Portugal até 1834”, trazem um apanhado significativo da documentação existente nos fundos monásticos e conventuais. Esse material faz-se oportuno para a descoberta das tipologias das obras que faziam parte do acervo das bibliotecas monásticas de Portugal durante a Idade Média.

Se os beneditinos não foram os únicos, foram sem dúvida uma das mais importantes ordens à qual se associa a produção do livro no Medievo. A *Regra* escrita por São Bento institui nos mosteiros não só um código de conduta para a vida religiosa, mas também um sistema agregador e disciplinador que foi responsável pela coesão de seus membros. A forma de ler e o tipo de leitura, foram tratados por essas normas, dando aos monges as instruções com as quais iriam conciliar o trabalho e a oração. A Idade Média presenciou a evolução na construção textual, de forma a adaptar-se à nova forma do livro e à nova forma de relacionar-se com a leitura dele. Sem a contribuição das bibliotecas monásticas na proteção da memória histórica desse período, esta estaria comprometida.

A obra “Clavis bibliothecarum: catálogos e inventários de livrarias de instituições religiosas em Portugal até 1834”, produto do longo trabalho de coleta e organização de dados dos autores portugueses Luana Giugervich e Henrique Leitão, “[...] procura vir em auxilio dos investigadores, tentando superar estas duas deficiências: por um lado fornecendo elementos que possibilitem olhar para o conjunto das antigas bibliotecas *no seu todo*, e, por outro, trazendo à luz do dia uma parcela significativa da documentação existente nos fundos monásticos e conventuais.” (Giurgevich; Leitão, 2012, p. xv-xvi). Assim, nessa obra

identifica-se a manutenção da memória da história das bibliotecas eclesiásticas das Instituições Religiosas de Portugal, abrindo uma passagem para o contato com a materialização do conteúdo que fez parte das livrarias ou bibliotecas dessas instituições.

Para que se possa aprender com as experiências passadas e entender o caminho que fez a humanidade até o momento no qual vivemos é imprescindível que se tenha as marcas desse caminho para que se possa voltar no tempo e na História. As bibliotecas monásticas beneditinas portuguesas fazem parte desse labirinto. Que se possa, portanto, fazer do conhecimento, contido e materializado nos seus livros e documentos, o legado desse período que foi a Idade Média e guiados pelo *fio de Ariadne* , cuja lenda grega conta que indicou o caminho a Teseu para o exterior do labirinto em segurança, se possa retornar à realidade contemporânea, munidos de ensinamentos e de conhecimento para lidar com os desafios da atualidade.

# REFERÊNCIAS

Araujo, Andre Vieira de Freitas. (2013). Leitura e mediação na cultura monástico-medieval. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), 14., 2013, Florianópolis. *Anais eletrônicos...*Florianópolis, Brasil: [ Ed. UFSC], 2013. GT 3: Mediação, Circulação e Apropriação da Informação. Recuperado em 11 de abril de 2016 em <http://enancib.sites.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/449/451> .

Canónigos.(2011). São Martinho de Dume. Recuperado em 21 de maio de 2016 de <http://www.canonigos.org/2011/01/7-de-dezembro-de-2010-sao-martinho-de-dume/> .

Cardini, F. et al. (1989). *O homem medieval*. Direção Jacques Le Goff. Tradução de Maria JorgeVilar de Figueiredo. Lisboa, Portugal: Editorial Presença. Recuperado em 5 de julho de 2016 de [file:///C:/Users/M%C3%B4nica/Downloads/Jacques%20Le%20Goff%20-%20O%20Homem%20Medieval.pdf](file:///C%3A/Users/M%C3%B4nica/Downloads/Jacques%20Le%20Goff%20-%20O%20Homem%20Medieval.pdf) >.

Ferraz, Iraneuda Maria Cardinalli. (1991). Uso do catálogo de biblioteca: uma abordagem histórica. *TransInformação*, Campinas, v. 3, n. 1-2-3, p. 90-114, 1991. Recuperado em 16 de julho de 2016 de <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1662/1633> .

Franco Júnior, Hilário. (2001). *A Idade Média*: nascimento do Ocidente. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo, Brasil: Brasiliense. Recuperado em 8 de julho de 2016 de <http://www.letras.ufrj.br/veralima/historia_arte/Hilario-Franco-Jr-A-Idade-Media-PDF.pdf> .

Fontes, Luis. (2010). *O Norte de Portugal ente os séculos VIII e X*: balanço e perspectivas de investigação. Minho, Portugal: Ed. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, nov. 2010. Recuperado em 2 de outubro de 2016 de <http://www.congresos.cchs.csic.es/visigodos_omeyas_asturias/sites/congresos.cchs.csic.es.visigodos_omeyas_asturias/files/Fontes2.pdf> .

Giurgevich, Luana; Leitão, Henrique. (2016). *Clavis bibliothecarum: catálogos e inventários de livros em Portugal até 1834.* Liboa, Portugal: Secretariado Nacional para Bens Culturais da Igreja.

Le Goff, Jacques. (2007). *As raízes medievais da Europa*. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, Brasil: Vozes. Recuperado em 14 de julho de 2016 de <http://portalconservador.com/livros/Le-Goff-Jacques-Raizes-Medievais-da-Europa.pdf> .

Manguel, Alberto. (1997). *Uma história da leitura*. Tradução Pedro Maia Soares. 2. ed. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.

Martins, Wilson.(1996). *A palavra escrita*: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 2. ed. rev. e il. São Paulo, Brasil: Ática.

Mata, Aida; Ramos, Anabela. (2004). Um Centro de Informação para o Mosteiro de São Martinho de Tibães. In: Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus, out. 2004, Sacavém. *Anais...*Sacavém: Centros de Documentação da Rede de Museus da Câmara Municipal de Loures. Recupeerado em 2 de outubro de 2016 de <http://www.cm-loures.pt/Media/provisorio/pdf/Actas_1Encontro_final.pdf> .

Mattoso, José. (1985). *Portugal medieval:* novas interpretações. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional, Casa da Moeda.

Mosteiro De Tibaes. Recuperado em 11 de dezembro de 2016 de [http://mosteirodetibaes.org/pagina,93,93.aspx](http://mosteirodetibaes.org/pagina%2C93%2C93.aspx) .

São Bento. A Regra de São Bento. Recuperado em 29 de outubro de 2016 de <http://www.mosteirosaojoao.org.br/o-mosteiro/historico/regra-de-sao-bento> .

Saramago, José. (1999). *Cadernos de Lanzarote:* Diário II. Lisboa, Portugal: Editorial Caminho.

Souza, Jorge Victor de Araújo*.* (2014). *Para além do claustro*: uma história social de inserção beneditina na América portuguesa: c. 1580, c. 1690. Niterói, Brasil: Ed. UFF.

Terroso, Sara Daniela Figueiredo. (2015). Mosteiro de São Martinho de Tibães: a obra da arquiteta paisagista Maria João Dias Costa. Dissertação (Mestrado em Arquitetura Paisagista)- Departamento de Ciências Florestais e Arquitetura Paisagista, Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2015. [Orientação: Ângela Leonor Teixeira Oliveira e Silva; Co-orientação: Maria João Dias Costa]. Recuperado em 3 de outubro de 2016 de [file:///C:/Users/M%C3%B4nica/Downloads/Mosteiro\_de\_Sao\_Martinho\_de\_Tibaes\_-\_A\_O.pdf](file:///C%3A/Users/M%C3%B4nica/Downloads/Mosteiro_de_Sao_Martinho_de_Tibaes_-_A_O.pdf) .